

Contra o plágio de monografias

Gizella Rodrigues

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) está preocupada com o plágio de monografias nas universidades brasileiras. O Conselho Federal da entidade aprovou ontem, por unanimidade, uma série de medidas para coibir o comércio ilegal de trabalhos acadêmicos e a cópia de obras jurídicas da internet. A OAB vai enviar, para todas as instituições de ensino superior do País, uma recomendação para que as faculdades usem softwares de busca de similaridades entre os trabalhos apresentados pelos alunos e textos disponíveis na rede mundial de computadores que permitam identificar se a obra é ou não autoral.

De acordo com o requerimento aprovado ontem, o documento também deverá ser enviado aos presidentes de todas as seccionais da OAB no Brasil, aos ministros da Educação, de Ciência e Tecnologia, da Cultura, ao Conselho Federal de Educação, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à presidência da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior e à Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municípios.

Conscientização

Além de recomendar o uso de programas de computador que permitam identificar se o trabalho é ou não copiado da internet, a OAB quer que as instituições adotem políticas de conscientização e informação sobre a propriedade intelectual, com o objetivo de coibir o plágio nas atividades acadêmicas. A OAB também quer coibir o comércio ilegal de monografias. Nesse sentido, aprovou que sejam oficiados o Ministério da Justiça, para que acione a Polícia Federal e o Ministério Público, para que os órgãos tomem as providências penais cabíveis para a responsabilização criminal das empresas especializadas na venda de trabalhos de monografia.

A proposta é iniciativa da Seccional da OAB do Ceará e foi apresentada pela Comissão Nacional de Relações Institucionais da entidade. O autor do requerimento é o advogado cearense Ricardo Bacelar Paiva, professor universitário, que já flagrou trabalhos copiados da internet entregues por seus alunos. „Utilizei o software e encontrei obras praticamente iguais na rede. Dá para desconfiar quando o texto do aluno é muito bem escrito, até incompatível com a capacidade dele, ou o texto muda de estilo a cada parágrafo", conta.

Na proposta apresentada para o Conselho Federal da OAB, ele afirma que as ferramentas tecnológicas e o advento da internet proporcionaram acesso irrestrito a muitos bancos de dados, oficiais e particulares. Apesar de reconhecer a importância da rede mundial de computadores, Paiva afirma que algumas distorções da facilidade de acesso eletrônico são preocupantes. „Com a praticidade de copiar e colar textos pelo computador, muitos alunos formatam seus trabalhos e monografias, apropriando-se de obras de outros autores, sem os critérios devidos, cometendo graves ilícitos e intitulando-se falsamente autores de obras criadas por terceiros", diz.

Escola

Para o advogado, o hábito de copiar conteúdo da internet se inicia ainda na escola. Entre as ações aprovadas ontem está o pedido para que o Ministério da Educação tome providências e adote medidas para a prevenção e combate ao plágio nas escolas de ensino médio. „Muitos alunos dos ensinos médio e superior não fazem mais pesquisas, apenas copiam e colam textos de outras pessoas. Desse jeito, o aluno não pensa, não sabe escolher. Se toda vez que tiver que fazer um trabalho copiar, vai sair da faculdade sem saber escrever", afirma, ressaltando que o plágio de monografias influencia na má formação dos alunos de Direito e no conseqüente alto índice de reprovação dos bacharéis no Exame da Ordem.

A proposta da OAB do Ceará foi debatida ontem, durante a sessão plenária do Conselho Federal. Na ocasião, o presidente nacional da OAB, Ophir Cavalcante, defendeu rigor máximo com relação ao combate ao plágio. Para Ophir, todas as medidas passam por uma fiscalização

efetiva por parte das universidades e dos orientadores das monografias. „Estamos, hoje, pedindo providências a fim de que haja um respeito maior à coisa pública, nesse caso representada por tudo aquilo que nós, contribuintes, fazemos para que a universidade seja mantida”, afirmou Ophir, que também atribuiu o aumento de cópias dos trabalhos acadêmicos à proliferação de cursos de Direito de baixa qualidade.

Durante o debate, os conselheiros federais ainda pediram punição a empresas especializadas na produção de monografias de bacharelado e teses de mestrado e doutorado, e criticaram as instituições de ensino que não tomam qualquer providência para coibir o plágio nas salas de aula. „Proliferam-se na internet sites que disponibilizam monografias e trabalhos prontos, comercializados abertamente para os alunos. Causa espanto a estrutura apresentada nestes sites, com atendimento online, pagamento com cartões de crédito, filiais em vários estados do País e serviço de senha para navegar por conteúdo privado”, denuncia Ricardo Bacelar.

Fonte: Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 20 out. 2010, Seudinheiro, p. B-6.

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais